

A queda das miragens

■ As eleições deram acabamento ao que a Constituinte esboçou e o ano do pessimismo termina com uma pontinha de esperança

Marcelo Pontes

Wilson Pedrosa — 5/10

O ano novo de 1988 começou às 15h50 do dia 5 de outubro, com uma frase: "Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo." Entre o desfecho que esse desafo do deputado Ulysses Guimarães deu à Constituinte e a abertura das urnas de 15 de novembro, a política se desfez de duas vistosas miragens, que serviam de biombo entre os 80 milhões de eleitores que o país já tem e o país que esses 80 milhões querem ter.

Sumiu, primeiro, na Constituinte, a crença de que o governo José Sarney, com seu arsenal político — cargos e favores para distribuir, tutela militar para intimidar — controlava a situação em momentos decisivos, manobrando o PMDB, apesar das relações difíceis entre o partido e o presidente.

Nos seus arremates, a mesma assembleia que antes cedera a Sarney a manutenção do sistema presidencialista, embora mutilado, e um mandato de cinco anos, que era ponto de honra para o governo, cassou-lhe o direito de exercer até 1990 todas as funções que recebeu em 1985. E, num arroubo de independência — atizado pelo deputado Ulysses Guimarães, no discurso contra a manobra para "zerar" o texto da Constituição: "Não viemos aqui para ter medo" — enfrentou como nunca antes, explicitamente, as pressões dos ministros militares para ditar a Constituição.

As eleições do dia 15, apesar de sua escala municipal, deram acabamento ao serviço que a Constituinte esboçou. O texto marcou a eleição do presidente da República, a primeira pelo voto direto em quase 30 anos, para 1989. As urnas municipais decretaram, por sua vez, que voto, além de direito, não será abafado por máquinas partidárias. O PMDB, se ainda é o maior partido brasileiro, já não garante que o favorito na sucessão de Sarney será automaticamente o escolhido na convenção do partido.

Essa era a crença que embalou até novembro candidaturas como a do deputado Ulysses Guimarães, presidente do partido, e de seus possíveis rivais dentro do PMDB, como vários governadores, a começar pelo de São Paulo, Orestes Quércia, e o de Minas Gerais, Newton Cardoso.

De novembro em diante, se quiser fazer o futuro presidente da República, o PMDB precisará encontrar um bom candidato, forte de urna. Acabou o tempo em que se achava que qualquer candidato, lançando-se pelo PMDB, teria percorrido metade do caminho à presidência da República — ou seja, pelo menos o da classi-



Ulysses aplaude a nova Constituição e proclama "ódio e nojo à ditadura"

ficação entre os dois mais votados do primeiro turno.

A eleição municipal desarrumou todo o conceito de favoritismo para a disputa do ano que vem. O próprio Ulysses teve um aviso prévio de que seria assim, quando, com os poderes de herói da Constituinte, uma semana depois da promulgação da nova Carta, foi vaiado em Porto Velho. A eleição provou que, depois dela, quem vai escolher o sucessor de Sarney será mesmo o eleitor. Como a Constituição prescreve, mas a mera existência de um partido hegemônico, plantado em maioria de votos previamente conquistada, tendia a relativizar.

Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva, embora o PDT e o PT somem ainda pouco mais de 30% dos votos de 1988, são tratados desde o dia 15 de novembro como se largassem para a corrida de 1989 na pole position. É um erro de conta. Mas é uma boa medida de como os políticos brasileiros se desacostumaram nessas três décadas de enfrentar uma eleição presidencial sem saber antes quem vai ganhar. Como o PMDB, o PFL e o governo desta vez não sabem que presidente será eleito em novembro próximo, e se comportam — ou se deixam tratar pelos adversários — como derrotados. Mas é exatamente essa dúvida que torna as eleições animadas, provavelmente mais sérias, enfim necessárias.

Foi um ano rico, esse de 1988. A nova Constituição rasgou a página de violência e arbitrariedade política introduzida na História do Brasil a partir de 1964, com cassações de mandatos e de direitos de cidadania, perseguições, prisões indiscriminadas, torturas e assassinatos, censura, banimento e exílio. Além disso, fará com que 1988 seja lembrado como o ano em que a discussão democrática e civilizada de deputados e senadores — embora desmoralizada nos piores momentos vividos pela Constituinte no primeiro semestre, quando a negociação de votos chegou a ser quase explícita — mudou muito e talvez de forma duradoura a relação entre os Poderes da República imposta 24 anos atrás por tanques e balonetas.

O governo que podia tudo tem que se dobrar agora à vontade do Congresso em muitas das questões mais relevantes do país, como o orçamento, o sistema tributário, a emissão de moedas, a política salarial, o efetivo das Forças Armadas, a política nuclear e a estruturação da própria máquina da administração federal. Desmoronou como um castelo de areia a ameaça de golpe militar embutida até,

sem cerimônia, no miolo de vários pronunciamentos de quem, a rigor, tem a obrigação de zelar pela normalidade democrática, o presidente Sarney.

Nesse particularíssimo terreno, aliás, nunca será demais a gratidão das instituições democráticas à ópera bufa estrelada já no final do ano pelos caras pintadas argentinos. Mais até do que a independência ao menos relativa da Constituinte brasileira e o estrepitoso não do plebiscito de outubro no Chile, a contribuição que eles ofereceram para desmoralizar definitivamente o fantasma do golpe militar na América Latina é valiosa, porque o desmerece por onde ele mais merece: pelo ridículo.

Se o Estado ficou assim, o cidadão que não podia nada ganhou uma carta de alforria que pode, por exemplo, colocar em liberdade o preso torturado e botar em seu lugar na cadeia o policial torturador. E conquistou também um certificado de direitos trabalhistas com regalias — como a chance de fazer greve sem limitações, inclusive nos serviços essenciais — de causar admiração à Organização Internacional do Trabalho (OIT), sediada em Genebra. A Constituinte, afinal, acabou se emancipando do governo Sarney e de seus próprios erros e provou que se o país se tornar ingovernável, como imaginou o presidente, será por ter governo de menos e não por ter Constituição demais.

O ano do pessimismo chega ao fim com uma pontinha de esperança. Nunca o governo e os políticos estiveram tão desgastados. O presidente Sarney deixou de ir a dois casamentos de filhos de amigos diletos seus — o da filha do senador Álvaro Pacheco, no Rio, em janeiro, e o da filha de Marlos Vilaça, em Recife, em dezembro — para não ser hostilizado.

Os pesquisadores do Ibope frequentemente ouviam xingamentos quando faziam perguntas sobre políticos. Pesquisas indicaram que quase 90% da população achavam que ser político é cuidar apenas de seus próprios interesses e prometer e não cumprir. O primeiro debate entre os seis principais candidatos a prefeito do Rio, no início de setembro, na TV Globo, perdeu em audiência para um filminho mundo cão da TVS — Castelos de gelo — em que a carreira de uma jovem e promissora patinadora era interrompida por uma trágica cegueira.

Mas a Constituição feita por esses mesmos políticos virou best seller em livrarias e bancas de jornal e a eleição municipal, com os seus resultados inesperados e o volume incomum de votos nulos e em branco, sacudiu a alma do país, acendendo a luzinha no final do túnel.

AFF



Os caras pintadas: uma ópera bufa estrelada por militares

José Varella — 2/6



Parlamentares aprovam e comemoram o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, questão que o governo considerava "de honra"

AFF



O sonoro não dos chilenos a Pinochet: um reforço à democracia